



# BOMBA D'ÁGUA

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC | Nº 8931 26/07/2016 | Filiado à Fenatema e a CTB

## PLP 257/16 - MAIS ATAQUES AOS DIREITOS DOS (AS) TRABALHADORES(AS) E INCENTIVO ÀS PRIVATIZAÇÕES

### Congelar salários e promoções de servidores para repactuar dívida com a União

O PLP 257/16 (RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS), que está em tramitação desde o dia 23 de março na Câmara dos Deputados, estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal. Na prática, permite uma “moratória” dos estados por dois anos, exigindo que os estados adotem medidas de restrição fiscal vinculadas, principalmente, despesas com pessoal, além de outras medidas com duração indeterminada, para diminuir despesas, mas que também acarretarão em perdas permanentes de direitos dos trabalhadores, além de sucatear o serviço público, prejudicando toda a população.

Na prática, os governadores que quiserem repactuar a dívida, terão que manter congelados salários, promoções, gratificações dos servidores dos Executivos Estaduais pelo período de dois anos e terão que aplicar um aumento da contribuição previdenciária e elevação das alíquotas dos servidores. É importante salientar que a proposta é resultado da pressão dos governadores que não querem pagar as dívidas contraídas com as privatizações e federalizações realizadas entre os anos de 1995 e 2002.

### PRIVATIZAÇÕES À VISTA

Este PLP representa um grave retrocesso para servidores públicos, **INCLUSIVE PARA NÓS, TRABALHADORES (AS) DA DA CASAN**, bem como para a sociedade, visto que adota uma política de ajuste fiscal e controle de gasto, arrocho salarial, chegando à redução do papel do Estado e estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos.

O projeto abre espaço ainda para o aumento das terceirizações e para o fim de qualquer concurso público. Além das medidas provisórias, com duração de dois anos, a proposta também prevê adoção de algumas medidas estruturais:

- 1) o corte de 10% das despesas mensais com cargos de livre provimento;
- 2) a não concessão de aumento de remuneração dos servidores a qualquer título;
- 3) proíbe o aumento de despesas de um ano para outro em valores que superem o gasto do ano anterior mais a previsão de inflação do período de elaboração da LDO.
- 4) a suspensão de contratação de pessoal, exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa;  
\*Em relação aos 4 itens anteriores, independente do crescimento da população e do aumento da arrecadação ao longo dos anos, os estados não poderão aumentar seu gasto com saúde, educação ou segurança pública);
- 5) a vedação de edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira;
- 6) O Art. 9º do projeto, em seu caput e nos parágrafos 2º, 4º, 7º e 9º, deixa claro a intenção de privatizar todas as empresas públicas ou de economia mista detidas pelos estados, ao permitir que estes penhem estes bens a União e ao mesmo tempo obriga a União a vender todo bem dado em penhor pelos estados.

### SINTAEMA NA LUTA PARA BARRAR O PROJETO

O SINTAEMA, juntamente com a CTB (e outras Centrais Sindicais), Fenatema, Fórum dos Servidores Públicos Catarinenses, movimentos estudantil, sem-terra, de negros, mulheres, LGBT e vários parlamentares de oposição ao Governo Federal, entre outras estão travando a batalha contra este projeto. Na sequência estaremos divulgando a agenda de mobilizações contra o projeto.

Acesse o projeto original na íntegra **AQUI!**